

O COMUNISTA

ÓRGÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUEZ (S. P. I. C.)

Numero quinze 20 centavos

Publicação quinzenal
PRÓPRIEDADE DO

GRUPO EDITOR DO COMUNISTA



Redactor principal: J. CARLOS RATES

EDITOR: JOAQUIM RODRIGUES

Rua de Arco do Marquês de Alegrete, 30, 2.^o

TRAVESSA DA AGUA DE FLOR, 86 - LISBOA

EM VESPERAS DE ELEIÇÕES

Pela qual Vós queris criar uma sociedade nova e reconstruir a disciplina da criação uma nova fracção proletariata de homens conscientes, activos, dedicados, sem Parlamto recreatorio?

Lento

O Partido Comunista, partido revolucionario, apoiando-se teoricamente na filosofia marxista, desenvolvida e aplicada genéricamente por Lenin no periodo capitalista decorrente, sabe que as revoluções politicas se desenvolvem exclusivamente pela vontade e esforço humano, que é necessario em estado de crise do regime precario para que as forças até então subjugas e dirigidas irrompam, e que pela experiencia das lutas de todos os dias adquiriram a disciplina e a consciencia que dá a vitória.

Não é excessivo entre nós os sintomas de decomposição do regime — a paralisão extrema das forças politicas, indisciplina da força armada, etc. etc. O por si só é a crise final, caracterizada, e brevede, pela inflação de moeda, pela quasi paralisão do credito. Daqui derivam males consequentes — abastecimento de nível de produção, pelo encerramento de muitas fabricas e oficinas; desemprego de centenas e centenas de operarios; compressão dos salarios no abismo do nível de custo de vida; agravamento da miséria geral.

Fatalidade da luta de terra e principio da propriedade

O Estado, em permanente situação de guerra, e procurando extorquir mais com a sua crise particular, agrava a situação através da imposição, através de todas as possibilidades de um renascimento económico, que não ha. Estado prostrado em estado de guerra, não vende nem concede o que o imposto, pela sua natureza essencial, é sempre causa do agravamento das condições de vida, e por isso, motivo de todas as perturbações.

Como o agravamento do imposto sobre a terra não pára de aumentar todas as dificuldades financeiras do Estado, este, através da lei da jornada de mercancia, obriga a conceder o privilegio da burguesia — a ligação dos monopólios, reforma bancaria, reorganização das terras, etc.

É a contradição entre as formulas economicas — as formulas politicas que prevalece. A crise só é solucionada pelo exercício do principio historico do direito de propriedade. E então vemos como fomos no estrangeiro: alguns homens que persistem em manter a estrutura politica do edificio social, a que por via estão talvez os primeiros a morrer, os burgueses da guerra, lançam-se de cometeo em pânico e misturam-se a milhões de soldados, não sendo que o soldado, no momento, se há de sublevar, por isso que, a queda do sistema economico actual e da superestrutura politica.

O erro aliado não deve fazer o nosso erro

É este erro que os comunistas, guiados pela filosofia marxista, não cometem. Ela é a não com o aliado que é insuperável manter o sistema economico — a ha muitos anos que os comunistas a sucessivos ataques, era de conservadores, ora de reaccionarios, o principio da propriedade já agora não tem sido e não será pelas milicias governamentais — o sistema politico que é destruido, não poderá sobreviver.

Agradecemos sobremaneira a vossa publicação nesta obra demandada a esquerda democratica. Compreendemos a vossa luta e a vossa luta. Mas é preciso cautela, não a deixarmos agitar-se demasiado a nós não vá a hora da derrota, que é já agora inevitável, quando ficarmos também sob os seus ombros.

O Parlamento é alguma coisa, mas não é tudo, nem sequer é essencial

Se assim vemos o problema, em conjunto, é evidente que não encaramos o Parlamento como um instrumento de transformação social profunda e fecunda. É mais um campo de batalha que se nos oferece e não ha o direito de quebrar uma arma que o adversario nos abandona. Ha toda a conveniencia em dispormos da tribuna parlamentar e da força a posteriori guerra ao existente. Mas é necessario também ter sempre presente que o Parlamento é uma arma complemen-

tar e necessaria, sem a eficacia fulminante e decisiva da greve e da insurreicção.

O que deve ser um deputado comunista

Um comunista marxista, logo, revolucionario por principio, não pode penetrar no Parlamento convencido de fazer virar al, positivamente, a força de leis e de doutrina, os seus objectivos de fenogação social. Um deputado comunista, vultus do proletariado, lutando na tribuna parlamentar, não deve abandonar a efectiva possibilidade de poder enfrentar os seus adversarios de classe.

Ducutando lá, no Parlamento, o deputado comunista deve preocupar-se muito e sempre com o que pensam os seus discursos as massas operarias e camponesas e saber se as suas palavras servem para agitar as animas no conjunto. Um deputado comunista deve ser um homem de guerra chamado os combatentes ao preenchimento dos seus lugares nas lutas

de batalha. Foi sempre nas ruas que se decidiram através da historia os grandes pleitos sociais. É, por isso, o estado da rua que sobremaneira o deve preocupar. Se as suas palavras, vibradas, incitantes, contudentes, servem a criar e a fazer vibrar o movimento da rua, ele preenche plenamente a sua função.

O voto não revoga o acto insurreicção, deve auxiliá-lo

É o programa eleitoral? Para que serve ele? É simplesmente uma raiz para captar o voto? Não, de modo algum. O programa eleitoral deve conter as soluções mais imediatas, tentativas a conquistar apoio das massas operarias e camponesas, tentativas a neutralizar os pequenos produtores independentes, embora não assalariados. É na defesa do programa que se travam os combates parlamentares. Precisamente, a recusa do Parlamento em reconhecer as reivindicações do programa provará as massas interessadas a insuficiencia da acção

parlamentar e a indispensabilidade do protesto exterior e da insurreicção.

Não está nos no ato de fazer se pôde que o proletariado alongará a sua emancipação pelo bofetão do voto eleitoral. O acto eleitoral é apenas um acidente da campanha que pode ter maior ou menor influencia mas que não dispões de modo algum a batalha definitiva — o acto insurreicção, a tomada de poder pelos meios revolucionarios.

Momento excepcional que urge aproveitar

Não sabemos ainda se o proximo acto eleitoral será em maio ou outubro, mas de uma coisa temos a certeza. Em Lisboa as listas de maioria nos dois circulos serão ganhas pelo bloco operario, do que participa o P. C. P.

Essas listas apresentam ao sufrágio popular os nomes de elemento mais influentes dos anarquistas, dos telegrafistas e outras classes.

A vitória não é difícil dada as circunstancias excepcionais do momento. A pulverização das forças eleitorais é extrema. Previstos todos os hipóteses: uma coligação de monarchistas e U. I. E.; uma coligação de democraticos, nacionalistas e socialistas. Tudo isto é insuficiente para vencer-nos.

A lista do bloco operario vencerá e sobre esta vitória não pôde haver dúvidas porque nos apóiamos em núcleos eleitorais de valor positivo e osamos, desde já, pôr do nosso lado e impo-

derável. Vencer não é difícil nas circunstancias actuais, que nos auxiliam sobremaneira. É, porém, muito mais difícil tirar da vitória todos as consequências que ela comporta.

As vitórias de Pyrre em Roma serviram-lhe a criar situações difíceis. Isto quer dizer que, se precisamos desenvolver uma energia e como no proximo acto eleitoral para não sermos roubados, é preciso aplicar a disciplina energia para colher todos os frutos da vitória.

A Comuna de Paris

Mais um ano decorrido. Fez no passado dia 18 de corrente quarenta e quatro anos que o proletariado parisiense, em plena situação revolucionaria determinada pelo desastre militar de Sedan e sob a influencia do trinarista de Augusto Blanqui e de Pedro José Proudhon, se apossou do poder.

O movimento da Comuna de Paris perdoo-se.

1.º — Porque a evolução economica na França progredia pouco não determinando a concentração do proletariado e a sua experiencia sindical e revolucionaria.

2.º — Porque é sempre um erro encetar o problema social por um dos seus aspectos simplesmente de assim foi que o proletariado de Paris, assim como o poder politico, deixou nas mãos da burguesia, os bancos, as fabricas e os armamentos, que a burguesia converteu nestes tantos pontos inimigos contra o proletariado.

3.º — As influencias federalistas predominantemente impediram pela contradição da acção dos multiplis comités e sub-comités toda a unidade de esforço e promoviam a paralisão da acção militar.

4.º — Porque não se tendo feito uma prévia ligação com os operarios, a burguesia teve como aliado o composito, que evoluiu contra os operarios que se encontravam de modo isolado contra a grande maioria da população francesa.

Programa eleitoral

O P. C. P. não crê nas virtudes pregadas da democracia formalista, exercida por organismos que de populares nada tem e que serviram até agora para acentuar cada vez mais o predomínio da burguesia exploradora. A verdadeira soberania popular, o inalienável governo do povo e pelo povo, só pôde encontrar a sua expressão em organismos que agrupam os directos produtores. Enquanto as grandes empresas economicas não forem nacionalizadas, o poder publico ha de exprimir sempre a vontade e os interesses dos grandes exploradores.

Por isso, e para attenuar quanto possível os inconvenientes dessa dominância da burguesia exploradora, o P. C. P. defenderá no Parlamento a incompatibilidade do exercício das funções publicas com os cargos de gerencia dos bancos e das grandes companhias concessionarias e privilegiadas, bem como a representação de proporção das classes no corpo legislativo e nas administrações locais.

O P. C. P. defenderá a nacionalização das indústrias bancaria, do seguro, da moagem, dos tabacos, dos fosforos, dos caminhos de ferro e transportes marítimos de longo curso, sua organização em trusts do Estado, com participação dos operarios e empregados na administração.

O P. C. P. defenderá a nacionalização da propriedade latifundiaria e da dos abastecedores (proprietarios que não vivem da exploração da terra), e a sua distribuição por famílias de camponeses, cooperativas e sindicatos, tendendo assim a transformar a cultura extensiva em cultura intensiva, que eleva a produtividade agricola e deturpa o seu aproveitamento.

O P. C. P. para obter a multiplicação dos intermediarios que tanto concorrem para a carestia da preços, defenderá o monopólio do comercio exterior das substancias alimentares e das materias primas industriais, pelo Estado, com o contributo dos sindicatos operarios e cooperativas.

O P. C. P. defenderá a redução a metade dos impostos estatísticos, dos impostos aduaneiros que incidem sobre os generos de primeira necessidade, como medida indispensável ao barateamento da vida.

O P. C. P. defenderá o estabelecimento dum salario minimo para todos os operarios e empregados, fixado em função do preço das mercadorias e revisito periodicamente.

O P. C. P., ciente de que a economia nacional repousa essencialmente no esforço dos pequenos produtores que constituem a grande maioria da população, defenderá a organização do credito aos pequenos agricultores e industriais, de cooperativas de produção e de consumo, com as disponibilidades da Caixa Geral dos Depósitos.

O P. C. P. defenderá, como uma das medidas indispensáveis para enfrentar a crise do desemprego, o estabelecimento dum subsidio equivalente a 60% do salario regular para todos os desempregados por motivo da crise economica, direito este já conquistado em todos os países civilizados.

O P. C. P., com o mesmo fim, defenderá a abertura de trabalhos publicos extraordinarios — estradas, caminhos de ferro, construcções escolares, obras economicas, etc.

O P. C. P. combaterá energeticamente toda a tentativa de coligação financeira pelo agravamento dos impostos, mas paguara pela confecção de 60% das fortunas particulares superiores a 500 contos e de uma percentagem proporcional regressiva até ás fortunas de 200 contos, bem como não se oporá ao agravamento da contribuição do registro por título gratuito (heranças).

O P. C. P. considera que um dos maiores males nacionais é o analfabetismo, e por isso adoege a criação dum organismo popular que, com o auxilio financeiro do Estado, se proponha extinguir o cancro da analfabecidade nos individuos de 18 a 30 anos, pelos processos intensivos de ensino.

O P. C. P. entende que se devem criar os condições praticas para o ensino obrigatório, pela garantia de assistencia medica e farmaceutica, de vestuario e alimentação, e que a Escola para a geração nova deve ser remodelada de modo a ser em cada individuo as melhores aptidões para o trabalho e a consciencia da necessidade da viver dele, e que por isso um maior lugar deve ser dado ao ensino profissional.

O P. C. P. defenderá a organização do seguro social em base ampla, abrangendo a maternidade e a infancia, a velhice e a invalidez.